

DEMARCAÇÃO CIENTÍFICA: UMA REFLEXÃO CRÍTICA

Alketa Peci *
Rafael Alcadipani **

RESUMO

O debate acerca da demarcação científica tem privilegiado enfoques guiados, principalmente, pela preocupação em identificar características únicas e essenciais da ciência que a distinguem e separam de outras atividades consideradas não científicas. Este trabalho apresenta uma reflexão sobre o processo de demarcação científica, a partir da perspectiva do construtivismo crítico, perspectiva essa que se propõe a rever criticamente as premissas do construtivismo social e da etnometodologia. Destaca-se a contribuição da área de ciência e tecnologia e analisa-se um conjunto de pesquisas baseado no conceito de trabalho-fronteira. Argumenta-se que tão importante quanto compreender esses processos de demarcação é destacar o processo simultâneo de circularidade que se estabelece entre os diferentes campos científicos, sociais, tecnológicos, culturais e assim por diante, ressaltando o conceito de permeabilidade das fronteiras. Por fim, reflete-se, a partir de um olhar crítico, acerca do processo de demarcação do campo de estudos organizacionais e administrativos, argumentando que a fronteira da administração como atividade acadêmica é extremamente fluida e negociável.

ABSTRACT

The debate about scientific demarcation has privileged perspectives mainly guided by the preoccupation in identifying unique and essential features of science that can distinguish and divide the latter from other activities considered non-scientific. This work presents a reflection about the process of scientific demarcation based on the perspective of critical constructivism – a perspective whose main purpose is to review, from a critical standpoint, the presuppositions of social constructivism and ethnomethodology. The contribution of science and technology studies will be highlighted and some researches based on the concept of “boundary-work” will be used. The authors defend that as important as comprehending the processes of demarcation is to capture another simultaneous process of circularity established between different fields - scientific, social, technological, and cultural ones. The concept of boundary permeability will be crucial for the development of the argument. Finally, based on a critical point of view, some consideration regarding the demarcation process in the field of organizational and administrative studies will be presented, basically arguing that the boundaries of the administration as an academic activity are extremely fluid and open to negotiation.

* *Prof^a EBAPE/FGV*

** *Prof. EAESP/FGV, doutorando Manchester School of Management, UMIST*

INTRODUÇÃO

O debate acerca da demarcação científica tem privilegiado enfoques guiados, principalmente, pela preocupação em identificar características únicas e essenciais que distinguem e separam a ciência de outras atividades consideradas não científicas. No campo de estudos administrativos e organizacionais, esse debate tem sido tratado com relativa frequência. Embora os debates tenham identificado várias fragilidades do ponto de vista teórico, metodológico ou relativo à relevância para a *práxis* organizacional, o fato é que existem um consenso e um reconhecimento mútuo por parte dos membros acerca da presença de um campo delimitado de estudos na área de administração, campo esse que aglomera cada vez mais participantes em eventos similares ao Enanpad.

O objetivo principal deste trabalho é trazer para discussão um outro lado da análise relativa aos processos de demarcação científica. Refletir-se-á acerca do processo de demarcação científica – e sua manifestação no campo de estudos administrativos – a partir da perspectiva do construtivismo crítico. Diferentemente da visão consolidada acerca da demarcação científica, este trabalho parte da premissa de que o processo de demarcação é empiricamente observável como uma atividade rotineira, abrindo espaço para reflexões que vão além dos debates acerca das fronteiras entre o que é e o que não é ciência em termos de princípios absolutos.

Além desta introdução, a segunda parte do trabalho apresenta as idéias principais do construtivismo social e da etnometodologia, correntes que marcam uma importante divisão paradigmática nas ciências sociais, caracterizadas, até nos anos setenta, pela predominância do funcionalismo parsoniano e do marxismo. No entanto, a ascensão dessa perspectiva acompanha-se pela proliferação de pesquisas empíricas que se caracterizam pela fraqueza teórica e pela ingenuidade paradigmática, abrindo espaço ao caloroso debate enraizado na dicotomia subjetividade-objetividade nos estudos sociais (PECI, 2003).

A perspectiva do construtivismo crítico apresenta-se na parte seguinte do trabalho. Ali é apontada a resposta de autores que não apenas criticam a aplicação empírica do construtivismo social (HACKING, 1999), mas, também, se propõem a rever criticamente as premissas dessa perspectiva (ANDRADE, 2003; LATOUR, 1997,1999; LAW, 1994, 1999).

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito da sociologia de ciência e tecnologia a partir da abordagem do construtivismo crítico são ressaltados na quarta parte do artigo. Aqui, destaca-se a contribuição de Gieryn (1983), com seus estudos sobre os processos de demarcação científica que se originam no interior da ciência. Paralelamente, argumenta-se que tão importante quanto compreender esses processos de demarcação é relevante destacar o processo simultâneo de circularidade que se estabelece entre os diferentes campos científicos, sociais, tecnológicos, culturais e assim por diante, apontando a relevância do conceito de permeabilidade das fronteiras. Um conjunto de pesquisas que lançam conceitos baseados na idéia do trabalho-fronteira é analisado. Acredita-se que esse referencial pode revelar-se importante para os estudos administrativos e organizacionais, uma vez que abre espaço para a discussão de diferentes questões teóricas e metodológicas timidamente consideradas no campo.

Na quinta parte do trabalho, refletir-se-á acerca do processo de demarcação e permeabilidade do campo de estudos administrativos e organizacionais.

Por fim, as principais conclusões do trabalho serão destacadas.

CONSTRUTIVISMO SOCIAL E ETNOMETODOLOGIA

O construtivismo social é uma corrente paradigmática que vem servindo de base a vários estudos e pesquisas na área de ciências sociais. Visto a partir de uma perspectiva histórica, sua contribuição nos anos setenta foi muito importante dada a predominância, até então, de correntes como o funcionalismo e o marxismo.

Influenciados por uma abordagem fenomenológica e existencialista, autores como Berger e Luckmann (2001) fazem uma releitura de Weber, fortemente influenciados pela fenomenologia de Schutz (1979, 1972). O foco de interesse de Berger & Luckmann (2001) é a "genética" da verdade assumida como realidade (CANALES, 1996), e os autores abordam os processos de construção social da realidade, argumentando que a questão social da sociologia é a seguinte: como tornam-se significados subjetivos as facticidades objetivas?

Para eles, a relação entre o homem – o produtor – e o mundo social – produto dele – é, e permanece sendo, uma relação dialética, isto é, o homem (evidentemente não o homem isolado, mas em coletividade) e o seu mundo social atuam reciprocamente um sobre o outro. O produto reage sobre o produtor. A exteriorização e a reificação são momentos de um processo dialético contínuo, acompanhado pela interiorização, por meio da qual o mundo social objetivado é reintroduzido na consciência, no curso da socialização. O que foi "construído como realidade" – construído pelo próprio intersubjetivo social – apresenta-se simplesmente como "realidade". Essa "realidade" e a sua própria superação se inscrevem além do observável ou discutível pelos sujeitos, que, depois de tê-la instituída, agora vivem a realidade dotada de legalidade própria. Reificada, a realidade socialmente produzida requer ser coberta por um segundo manto de verdade. As legitimações – desde a afirmação da verdade de uma máxima até os grandes relatos que trazem os universos simbólicos (religiosos, políticos etc.) – vêm a constituir uma escritura de "segunda ordem" que qualifica a realidade como "justa" ou "boa" (CANALES, 1996).

A linha de estudos que tem como objeto de análise o conhecimento avança com a contribuição da etnometodologia, definida por Garfinkel (1967) como "método do conhecimento comum". Etnometodologia é método de conhecimento prático e investiga a maneira pela qual nós produzimos "a realidade" que consideramos como dada e óbvia; a análise dos processos formais por meio dos quais o ator cotidiano "compreende" sua ação no contexto em que está inserido. Durante a ação, o ator toma como certo um conhecimento que considera ser sabido e manejado igualmente pelos outros. Essa base de conhecimento em comum – ativada em cada situação social –, assim como suas regras e operações, é objeto de uma pesquisa etnometodológica. *Etno* – considerando que estamos falando sobre conhecimento próprio à sociedade de referência do ator; *metodologia* – considerando que estamos falando sobre procedimentos formais de conhecimento e argumentação manejados pelo ator cotidiano.

Para Garfinkel (1967), aluno de Parsons, a ordem social é constituída como atividade prática no curso da interação diária e não deriva automaticamente de padrões compartilhados de valores e papéis sociais. Ele rejeitava a visão de que os julgamentos comuns de atores sociais possam ser tratados como irrelevantes para a análise da ação e organização social.

Garfinkel deslocou a imagem da cognição de um processo racional, quase científico (para Parsons), para um processo que opera, na maior parte, debaixo do nível da consciência: rotina e "raciocínio prático" – operados por "regras" que são reconhecidas somente quando são quebradas. Para ele, ação é justificada principalmente após o fato, referindo-se a um estoque de descrições culturalmente disponíveis (POWELL e DiMAGGIO, 1990).

CONSTRUTIVISMO CRÍTICO

A análise de Berger e Luckmann inspirou vários estudos e pesquisas na linha do construtivismo social. Hacking (1999), no seu livro *Construção social do quê?*, critica o uso ingênuo da abordagem em diferentes pesquisas que precederam a publicação do livro nos EUA, buscando “analisar” o processo de construção social dos mais variados objetos de interesse. A principal crítica do autor reside no fato de que o processo de construção tem sido considerado resultado consciente dos processos de interação – esses últimos descritos de forma simplificada –, quando, de fato, Berger e Luckmann trabalham com a dimensão inconsciente do processo. As pesquisas publicadas simplificam demasiadamente o estudo dos processos de construção social da realidade, caindo até em ingenuidade.

Outro ponto criticado no uso do construtivismo social e em outras abordagens mais subjetivas como a etnometodologia tem a ver com o reducionismo da análise. Hacking (1999), na sua crítica do uso corrente do construtivismo social, reconhece que idéias construídas como gênero, mulher, imigrante etc. não existem num *vacuum*. Elas estão presentes num contexto, caracterizado pela complexidade social e material. De fato, idéias e classificações funcionam apenas numa *matriz*, um complexo conjunto de instituições, defensores, artigos de jornais, advogados, decisões judiciais, procedimentos de imigração, postos de controle, isto é, elementos sociais e materiais (HACKING, 1999, p.10-11).

Bruno Latour, com base em pesquisas empíricas no campo da ciência e tecnologia, contribui no aprofundamento da crítica do construtivismo social, questionando seus pressupostos básicos. Em primeiro lugar, esse autor enxerga na dicotomia objetividade-subjetividade a dominação de objetivos políticos. As dicotomias fazem parte do modo de pensar e observar a realidade dos modernos que buscam purificar a ciência das demais atividades. Ele considera que as dicotomias existem, porém não fazem parte da essência do mundo, mas sim são produzidas no nosso cotidiano por atores humanos e não humanos. Para Latour (1999:15), a existência isolada, anistórica, desumana e objetiva do mundo exterior foi dada para “*combater as massas*”, “*as massas desgovernáveis*” que Sócrates e outros foram tão rápidos em invocar para justificar a procura de uma força tão grande que fosse capaz de reverter o poder de “*dez mil tolos*”.

Latour (1999:6) vai além e denuncia, também, o projeto político que visou à substituição do Ego Transcendental pela Sociedade, isto é, o deslocamento da figura onipotente do “Divino” para a onipotência da sociedade – materializada em visões mais estruturalistas nas ciências sociais. Para ele, foi nesse momento “(...) que os preconceitos, categorias, e paradigmas de um grupo de pessoas que moravam juntas determinaram as representações de cada um deles”.

Com base nessas observações, Latour (1997) critica o atual uso do construtivismo social. Para ele, uma das principais falhas do construtivismo consiste exatamente no adjetivo que o acompanha – social – implicando quase sempre que a construção é feita com base em “social stuff” e que ela é feita pelo agente humano, visto como aquele que comanda e domina o mundo com as suas construções e intenções. Para Latour, o construtivismo ignora o importante papel dos chamados “objetos”. Contrariamente a essa perspectiva, o autor defende que é necessário haver uma simetria por parte dos cientistas sociais ao analisar a “realidade”. A idéia é que a sociedade é feita de humanos e não humanos, sujeitos e objetos. No cotidiano, humanos e não humanos nunca estão dissociados. Eles formam, em conjunto, redes que constituem aquilo que chamamos de real. Cada ação que realizamos está associada, ou é mediada, por não humanos que também agem, apresentando, assim como os humanos, capacidade de ação.

De acordo com Latour (1990), para balancear nossas análises e compreensões da “sociedade”, não podemos analisar exclusivamente os humanos. Em alguns casos, as entidades humanas desempenham papel fundamental, em outros o papel fundamental é desempenhado por não humanos. Artefatos não são con-

siderados como determinados ou isolados dos fatores sociais. Por isso, a explicação do desenvolvimento de uma dada forma tecnológica somente é possível por meio da análise das suas táticas locais de desenvolvimento, crescimento e expansão (LATOURE, 1986; LAW, 1991; LATOUR, 1999). Para Law (1991), os fatores responsáveis pelo desenvolvimento de um dado sistema são contingentes que somente podem ser identificados por meio de análises empíricas.

Nesse sentido, entidades (humanas e não humanas) não possuem qualidades inerentes ou não são dotadas de dualismos que existem "a priori". Em outras palavras, divisões como pequeno e grande, contexto e conteúdo, agência e estrutura são percebidas como efeitos em vez de serem dadas na ordem das coisas (LAW, 1999). Portanto, Latour e Law defendem que humanos e não humanos devem ser analisados como categorias de análise com o mesmo "status".

A partir desse fundamento, Latour (1997) propõe a primeira correção: a palavra social não designa propriamente o "material" da construção, mas o processo coletivo por meio do qual tudo, até os fatos, se constroem. Para que o conceito de "construção" retome um pouco do seu sentido original, é necessário analisar esse processo coletivo que termina em construtos sólidos por meio da mobilização de ingredientes heterogêneos. É exatamente a heterogeneidade de associações que está em questão, o envolvimento de humanos e não-humanos. Dessa maneira, as conotações mais interessantes da metáfora de construção começam a aparecer: história, solidez, multiplicidade, incerteza, heterogeneidade, fragilidade e outras. Todavia, é importante notar que a idéia de construção (sinônimo de fabricar) é analisada de forma diferente. Latour (1999) não considera o processo de fabricação como um jogo de soma zero em que há a recombinação de elementos já existentes, mas considera que durante o processo de fabricação ocorre uma troca e uma mudança das características dos atores envolvidos no processo que, quando terminado, gera atores diferentes dos que haviam começado o processo.

Paralelamente, os mecanismos inerentes à construção em si são criticados. Existem problemas referentes aos "criadores" e suas "crias". O vocabulário referente ao processo do "fazer" enfatiza o papel de alguma agência, embora esta última possa ser considerada "determinada", "limitada" e assim por diante. "Quando nos tornamos atentos a maneiras mais humildes de falar, essa agência desloca-se de um mestre todo poderoso para as diversas "coisas", "agentes", "atuantes" com os quais temos que dividir a ação" (LATOURE, 1997). Não existe nenhum "mestre" ou "criador" que possa dominar os "materiais", as "coisas". A materialidade é tão presente quanto a agência no processo de construção. Tanto humanos quanto não humanos possuem a capacidade de executar ações.

se a palavra 'construtivismo' tem alguma importância é porque nos leva a agências que nunca se reduzem a esses papéis estúpidos e infantis. Sim, elas atuam, sim, elas ordenam, sim, elas resistem, sim, elas são plásticas, mas o que tem se revelado interessante são todas as posições intermediárias que elas são capazes de assumir simultaneamente (...)

Tudo isto: construção, criação, trabalho, significa apreender como tornar-se sensível às exigências e requerimentos-chave, às pressões de agências conflitantes, nenhuma das quais estando realmente no comando (LATOURE, 1997).

Para Latour, humanos e não-humanos estão engajados numa história que torna sua separação impossível. Palavras e mundos (*words and worlds*) marcam extremidades possíveis e não muito interessantes; pontos finais de um conjunto complexo de práticas, mediações, instrumentos, formas de vida, engajamentos, envolvimento por meio dos quais novas associações são geradas. O projeto político que Latour propõe visa a evitar a demarcação entre palavras e coisas, natureza e cultura, fatos e representação; de fato, objetiva assegurar que não exista tal separação.

Com base nesse posicionamento ontológico que evita atribuir superioridade epistemológica aos sujeitos ou objetos, e a partir de um esforço contínuo de pes-

quisa no âmbito dos estudos de ciência e tecnologia, desenvolve-se a chamada *Actor-Network Theory* (ANT), em que Latour com Michel Callon e John Law são reconhecidos como os principais representantes (ANDRADE, 2003).

Porém, não cabe aqui entrar em detalhes sobre o desdobramento da ANT, uma vez que neste trabalho se destacará um conjunto de trabalhos e pesquisas realizados no âmbito dos estudos de ciência e tecnologia, os quais, no nosso entender, vêm contribuindo para a discussão em torno da demarcação científica e podem, com seu foco na circularidade existente entre diferentes campos – social, econômico, tecnológico, científico etc. – tornar-se relevantes não apenas para a pesquisa organizacional, mas, também, para a discussão das fronteiras do nosso campo científico – a administração.

O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DA FRONTEIRA CIENTÍFICA

É possível encontrar uma ampla gama de estudos que compartilham a visão do construtivismo crítico no âmbito dos estudos de ciência e tecnologia.

A demarcação científica, isto é, como identificar características únicas e essenciais da ciência que a distinguem de outras atividades intelectuais, tem sido objeto de análise e reflexão de diferentes autores. Comte diferenciava a ciência positiva da teologia e da metafísica, argumentando que apenas a ciência usa raciocínio e observação para especificar leis de sucessão e semelhança (*apud* GIERYN, 1983), enquanto Popper (MILLER, 1985) propunha a falseabilidade como critério para demarcação – caso uma teoria não possa ser falsificada (refutada) com base em dados empíricos, ela não pode ser considerada científica.

Segundo Gieryn (1983), os debates sobre a possibilidade ou até mesmo a necessidade de demarcação ciência/não-ciência são no mínimo irônicos, considerando que a demarcação é uma atividade rotineiramente praticada e empiricamente observável: os currículos escolares incluem química em vez de alquimia, as associações de fomento científico adotam critérios que distribuem recursos para físicos, mas não para esotéricos, e os editores de revistas rejeitam alguns manuscritos com base na sua não-cientificidade. Ou seja, a demarcação não é apenas um problema analítico, mas faz-se presente em contextos mais práticos. Considerando que esse processo corriqueiro de demarcação científica envolve oportunidades materiais, profissionais e sociais apenas para os “cientistas”, não é apenas uma questão acadêmica decidir quem está ou não fazendo ciência. Em países como os EUA, essa autoridade traduz-se em recursos financeiros diretos, considerando que (de acordo com a pesquisa da Fundação Nacional da Ciência relativa ao financiamento federal em pesquisa e desenvolvimento), apenas no decorrer do ano fiscal de 2002, o montante de recursos federais para P&D alcançou o valor de U\$97.5 bilhões (MEEKS, 2003).

O autor considera o trabalho de demarcação como parte do esforço *ideológico* dos próprios cientistas para distinguir seu trabalho – assim como os produtos desse trabalho – das atividades intelectuais não científicas.

Diferentemente dos autores que exploram a relação entre ciência e ideologia (BRAVERMAN, 1987; HABERMAS, 1982; MARCUSE, 1964), Gieryn (1983:783) se preocupa em responder a uma outra questão “como a ciência adquire autoridade intelectual?”. De fato, para que a ciência exponha distorções ideológicas – visão positivista da ciência – ou para que ela legitime estruturas capitalistas de dominação – visão crítica da ciência – o conhecimento científico deve ser amplamente aceito na sociedade como a *verdade* preferida na descrição da realidade natural e social. Então, quais as imagens da ciência que os cientistas apresentam para promover sua autoridade sobre outros domínios de conhecimento? Não se deve esquecer que, embora atualmente a ciência seja considerada como “único ocupante de um nicho distinto do ecossistema intelectual” (GYERIN, 1983:783) – conside-

rando que outras atividades produtoras de conhecimento como religião, arte, política e folclore são vistas mais como complementos de que como competidores da ciência –, ela nem sempre ocupou esse lugar.

Gieryn (1983:782) lança, com base nessas observações, o conceito de trabalho-fronteira: "atribuição de certas características à instituição da ciência (por exemplo a seus praticantes, métodos, estoque de conhecimento, valores e organização do trabalho) para os fins de construção de uma fronteira social que distinga algumas atividades intelectuais como 'não-ciência'". A seguir, o autor prossegue com um levantamento histórico, analisando o trabalho-fronteira de personalidades, como John Tyndall (1820-1893) – Superintendente do Instituto Royal de Londres –, e de grupos – como frenologistas e anatomistas –, que em determinados períodos históricos disputaram sobre a cientificidade ou pseudocientificidade dos seus trabalhos, ajudando na "construção" de fronteiras que demarcam o que hoje se considera ciência.

Uma vez estabelecidas as fronteiras, a questão de controle de recursos, materiais ou simbólicos, assume um lugar de destaque. A manutenção dessa demarcação torna-se atividade relevante para os cientistas. O trabalho-fronteira assume a forma de uma ideologia efetiva na proteção da autonomia profissional: os cientistas constroem uma fronteira entre a produção do conhecimento científico e seu consumo pelos não-cientistas, fazendo uso de termos como ciência pura/básica e aplicada. Gieryn (1983) analisa o relatório sobre Segurança Nacional e Comunicação Científica, produzido em 1982. Nessa época, o governo norte-americano apresentava uma extrema preocupação com o crescimento do poder soviético, como conseqüência do aproveitamento da ciência e da tecnologia produzida nos EUA, e planejava estabelecer medidas de controle e regulação da atividade científica. No entanto, o relatório contém argumentos contraditórios entre si: os benefícios práticos da ciência pura são lembrados para justificar o apoio público à pesquisa científica, enquanto a distinção entre ciência básica e aplicada é considerada mais rígida para evitar os controles governamentais à pesquisa nas universidades. Assim, evitou-se que a responsabilidade para essa transferência tecnológica aos soviéticos caísse no aparelho científico norte-americano (especificamente nas universidades), passando para indivíduos e corporações fora dessa comunidade.

Esse processo de demarcação científica é embutido de movimentos e contramovimentos. As antinomias presentes na instituição da ciência permitem o uso de diferentes justificações/ideologias que possam parecer contraditórias: o conhecimento científico é, ao mesmo tempo, teórico e empírico, puro e aplicado, objetivo e subjetivo, exato e estimativo, democrático – aberto para que todos o confirmem – e fechado – somente os *experts* podem confirmá-lo. Ao passo que essas tensões inerentes à ciência permitem repertórios alternativos, os interesses dirigem a escolha de um ou outro repertório. Os ideólogos invocam determinadas características da ciência para alcançar objetivos profissionais e institucionais e mudam essas características em diferentes contextos. No entanto, não se trata de acusar os cientistas de simples calculistas instrumentais: a ciência é ao mesmo tempo pura e aplicada, teórica e empírica. Como Moore (1996) destaca, ao mesmo tempo em que é possível perceber um conjunto de ações que visam a diferenciar a ciência de outras atividades, existe um conjunto de atividades cujo principal objetivo é a identificação das afinidades da ciência com outros interesses e campos da vida. Em outras palavras, a ciência deve convencer seus constituintes acerca da sua *utilidade*, de forma a justificar a sua autoridade. Nesse processo de demarcação, no decorrer do trabalho-fronteira, tensões e interesses entrelaçam-se, dando lugar ao processo de construção da realidade científica.

O trabalho de Gieryn (1983) é muito interessante para perceber o processo de demarcação que se origina no interior da instituição "ciência", isto é, do conjunto de práticas sociais, atores, papéis, organizações e todo o *apparatus* científico. No entanto, para aprofundar a compreensão dessas tensões e contradições presentes no processo de demarcação, ressaltamos a contribuição de Michel Foucault. Com base no referencial conceitual foucauldiano, é possível destacar que o pro-

cesso prático de demarcação científica é tão importante quanto o processo simultâneo de circularidade que se estabelece entre o campo científico e os campos sociais, tecnológicos, culturais e assim por diante.

Para Foucault (1972), discursos – “unidades” de conhecimento presentes num dado período de tempo – devem ser vistos como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. O autor estuda a formação discursiva, definida com base nesse conjunto de relações que propiciam o processo de formação dos objetos, tentando mostrar que qualquer objeto do discurso em questão encontra aí seu lugar, sua lei de aparecimento.

Estas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização; e essas relações não estão presentes no objeto; não são elas que são desenvolvidas quando se lhes faz a análise; elas não desenham a trama, a racionalidade imanente, essa nervura ideal que reaparece totalmente ou em parte quando o pensamos na verdade do seu conceito. Elas não definem sua constituição interna, do objeto, mas o que lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a elas, definir sua diferença, sua irredutibilidade e eventualmente sua heterogeneidade, enfim, de ser colocado em um campo de exterioridade (FOUCAULT, 1972, p.59-60).

Associando o conceito de discurso à sua concepção sobre poder como produtor da realidade, Foucault ajuda a desvendar não apenas a dinâmica presente no processo de demarcação científica, mas a sua simultaneidade com o processo de permeabilidade de fronteiras existente entre diferentes campos – econômicos, tecnológicos, religioso e assim por diante. Embora esses processos possam aparecer contraditórios entre si – e o são, na medida em que carregam as tensões inerentes às relações de poder –, eles são partes indivisíveis da mesma dinamicidade do processo de construção de conhecimento, do processo de (trans)formação, pois qualquer nova formação discursiva é indissociável do processo de transformação.

EXPANDINDO O CONCEITO DE “TRABALHO-FRONTEIRA”

O artigo de Gieryn (1983) abriu espaço para estudos que expandem o conceito de trabalho-fronteira, incorporando as idéias do construtivismo crítico.

O próprio trabalho de Latour e Woolgar (1986) faz uso do conceito de reificação, mas como materialização, referindo-se ao contexto material (aparelhos, técnicas, estatísticas, programas etc.) disponível num laboratório científico (conceito similar à *phenomenotechnique* de Bachelard). Eles vêem esse contexto material como representante da reificação do conhecimento já estabelecido na literatura de um outro campo (no caso pesquisado por eles, científico). Empregando conhecimento já estabelecido e incorporando-o em peças materiais ou em seqüências rotineiras operacionais, o laboratório pode potencializar o enorme poder de outros campos para seus propósitos. Rotinização, uma questão-chave na etnometodologia, é uma parte essencial desse processo.

Depois que o artigo que incorporou estas figuras se escreva e o principal resultado do artigo se incorpore em algum novo dispositivo de inscrição é fácil esquecer que a construção do artigo dependeu dos fatores materiais. (...) Em vez disso, ‘idéias’, ‘teorias’ e ‘razões’ tomarão seu lugar. (...) O contexto material não apenas torna possível o fenômeno, mas também deve ser facilmente esquecido (1986, p.69).

Susan Leigh Star e James R. Griesemer (1989), analisando o Museu de Zoologia Vértebra de Berkeley, EUA, destacam a padronização de métodos e o desenvolvimento dos objetos-fronteira como fatores-chave para compreender a dinâmica de funcionamento do museu. O conceito de objeto-fronteira é usado para compre-

ender objetos frouxamente estruturados – *loosely-structured* – que são suficientemente plásticos para adaptar-se às limitações e necessidades locais de diversos grupos que fazem uso deles, mas, ao mesmo tempo, suficientemente robustos para manter uma identidade comum, atravessando os espaços em que esses grupos são localizados. Esses objetos-fronteira permitem aos membros de diferentes comunidades – gerentes, filantropos, colecionadores amadores, universitários e cientistas – trabalharem juntos em torno deles, mantendo, no entanto, suas identidades distintas. O trabalho de cada comunidade é considerado como parte de uma rede que expande um número de mundos sociais cruzados entre si. Essas comunidades apresentam comunalidades e diferenças. Para alcançar os objetivos específicos do museu, um processo de tradução era necessário. Por um lado, “o desenvolvimento, aprendizagem e o reforço de um conjunto claro de métodos para ‘disciplinar’ a informação coletada pelos colecionadores e outras comunidades não científicas”; por outro lado, “gerar uma série de objetos-fronteira que possam maximizar, ao mesmo tempo, a autonomia e a comunicação entre diferentes mundos” (STAR e GRIESEMER, 1989:404).

Enquanto os métodos são concebidos por indivíduos ou grupos, os objetos-fronteira emergem no decorrer do processo de circularidade das diversas comunidades.

Embora os autores não trabalhem baseados em Foucault, a dupla dimensão do poder percebe-se seja pela força disciplinadora dos métodos padronizados, quanto pela força produtiva presente nos objetos-fronteira. De fato, os autores percebem, empiricamente, que parte da autoridade do cientista é exercida via padronização dos métodos de coleta e apresentação da informação, criando, assim, uma “língua franca” entre amadores e profissionais. A padronização é uma forma de conhecimento comum e, para Foucault, esses conhecimentos espúrios e comuns são intimamente ligados com o poder. Esse autor destaca o papel dos conhecimentos como úteis e necessários ao exercício do poder por serem *praticamente úteis* e não por serem falsos. O que é mais interessante entre as relações do poder com o conhecimento não é a detecção de conhecimento falso, espúrio, mas o papel de conhecimentos que são valorizados e efetivos por causa da sua segura eficácia instrumental. Foucault usa a palavra *savoir* para conotar o conhecimento próximo ao *know-how* (uma maneira de tornar um problema tratável ou um material manejável). Esse tipo “médio” de conhecimento, que pode não ser rigorosamente científico, demanda um certo grau de ratificação dentro de um grupo social e confere alguns benefícios sociais (GORDON, 1994: p.xviii).

Joan Fujimura (*apud* Guston, 1999) transforma o conceito de objeto-fronteira em “embalagem-padrão”, termo usado pelos pesquisadores para definir um espaço de trabalho conceitual e técnico que é menos abstrato, mal-estruturado, menos ambíguo e menos amorfo, combinando objetos-fronteira com métodos comuns. Diferentemente dos objetos-fronteira, as embalagens-padrão são suficientemente robustas para mudar as práticas locais, mas, enquanto interagem com um conjunto de atores que representam diversos mundos sociais, as embalagens enfatizam a colaboração desses atores para “terminar o trabalho”. Simultaneamente, são capazes de manter as integridades dos atores nos seus respectivos mundos sociais.

Kelly Moore (1996) alarga o escopo de tal análise, deslocando o foco dos objetos e seus agregados para as organizações e relacionando essas últimas com objetos-fronteira e embalagens-padrão na sua habilidade mútua de providenciar, ao mesmo tempo, um objeto de ação social e um conjunto de regras estável, mas, concomitantemente, flexível sobre o como engajar-se com esse objeto. Assim, pesquisando organizações como o Instituto dos Cientistas para Informação Pública, Moore (1996) analisa, historicamente, como a ciência e sua relação com a política torna-se o principal objeto de ação da organização e como, ao mesmo tempo, essas organizações permitiam aos cientistas apresentarem-se como membros de uma comunidade de conhecimento e, simultaneamente, defensores de uma causa. Formava-se, assim, uma ponte entre a ciência e a política a qual

deixava formas tradicionais de praticar ciência e política intactas. A organização tornava-se um objeto-fronteira.

Moore (1996) crítica e expande o conceito de fronteira. Ela destaca que (a) o processo de demarcação não é apenas uma luta entre um grupo unificado de cientistas e não-cientistas, mas um processo de luta que também se dá *entre* os cientistas; e (b) o papel que as organizações desempenham nesse processo de demarcação de autoridade tem passado despercebido. No entanto, muito desse trabalho de demarcação acontece em organizações. Essas podem ser vistas como “embalagens-padrão”, conjunto de práticas e objetos de ação que reduzem o escopo das ações possíveis e facilitam a cooperação entre múltiplos mundos sociais.

Guston (1999) usa esse conceito de organização-fronteira como uma forma de estabilização da fronteira ciência/política, ou seja, como uma forma das práticas sociais – nesse caso no âmbito da ciência/política – ganharem durabilidade, ou seja, tornarem-se institucionalizadas. Essas organizações internalizam o caráter contingente da fronteira ciência/política. Integrando esse esquema teórico com a teoria *agent-principal*, o autor afirma que negociar as contingências torna-se o trabalho diário da organização, envolvendo o uso de objetos-fronteiras e embalagens-padrão numa colaboração entre os interesses dos *principals* e aqueles dos agentes. O sucesso da organização na performance destas tarefas, levando à satisfação dos agentes e *principals*, poderia ser considerado como estabilidade da fronteira, enquanto na prática a fronteira continua a ser negociada entre os limites da organização-fronteira.

REFLEXÕES ACERCA DAS FRONTEIRAS DO CAMPO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E ADMINISTRATIVOS NO BRASIL

Conforme destacado anteriormente, demarcação de fronteiras entre o que é científico e o que não é e o que pertence àquela ciência e o que não pertence é uma constante luta que jamais tem fim. Na realidade, esse processo é realizado a cada dia, a cada ação dentro da área. Trata-se de uma contínua imposição de fronteiras que são abertamente negociadas.

Até os anos 60, o campo de estudos organizacionais era relativamente simples, pois os trabalhos de Vilfredo Pareto e as leituras parsonianas de Max Weber serviram de base fundamental para os estudiosos das organizações, dentre os quais podemos destacar Mayo, Homas, Roethlisberger e Chesser Barnard. Pareto cumpriu esse papel até o início dos anos 30, e as leituras parsonianas de Weber serviram a tal propósito a partir do período da II Guerra Mundial (BURRELL, 1996). Com base em apropriações das ciências naturais e biológicas, presenciou-se, até os anos 60, o desenvolvimento da ciência da administração e das organizações, principalmente no contexto anglo-saxão, dotado de unidade, homogeneidade e coerência, sendo seu foco de análise as grandes organizações burocráticas inseridas na sociedade moderna. Essa foi uma época em que a teoria das organizações vivia uma fase de desenvolvimento controlado dentro de um acordo tácito de métodos, metodologias, perspectivas de análise e base epistemológica (BURRELL, 1996). Havia um predomínio absoluto e incontestável da teoria organizacional funcionalista (BURRELL e MORGAN, 1979), que encara as organizações como *goal-seekers*, busca produzir um conhecimento que maximiza a eficiência racional das organizações e dá ênfase às noções de ordem e hierarquia.

Porém, esse processo foi abalado pela publicação do livro *The Theory of Organizations*, de David Silverman (1971). Baseado em uma leitura mais detalhada de Weber, Silverman (1971) revelava os atores organizacionais como opostos ao sistema, a construção social como oposta ao determinismo social nas organizações, a interpretação como oposta às explicações denexo causal, defendendo definições plurais para a ação organizacional ao invés de definições singulares em

torno de metas articuladas. Outro livro que teve papel importante nesse sentido foi o de Karl Weick (1969) *The Social Psychology of Organizing*, em que o autor mostrou a importância dos processos de organizar em vez de focar em entidades fixas denominadas organizações. Logo após, surgiu o livro de Braverman (1987) que discutia o "processo de trabalho", trazendo para o campo de estudos organizacionais considerações marxistas sobre poder, controle e resistência. Outras três obras que merecem destaque são as de Burrell e Morgan (1979), a de Clegg e Dunkerley (1980) e a de Gareth Morgan (1986). Tais livros tiveram o poder de abrir a caixa de Pandora na Análise Organizacional, gerando uma pluralidade de alternativas à visão funcionalista (CLEGG e HARDY, 1996).

Assim, essas obras abriram as portas para perspectivas alternativas ao funcionalismo. No entanto, a perspectiva funcionalista e seus desdobramentos com as teorias ambientais (PRESTES MOTTA e VASCONCELOS, 2002) - ecologia populacional, institucional, organizações em rede, dependência de recursos, custos e transação, agenciamento e neo-institucionalismo - ainda seguem como a corrente dominante no campo. Porém, as perspectivas contra "*ciência normal*" (MARSDEN e TOWNLEY, 1996) estão cada vez mais aceitas, a ponto de periódicos com clara vocação funcionalista (como *Administrative Science Quarterly* e *Academy of Management Review*) publicarem, desde o início dos anos 80, artigos alternativos à visão dominante. Atualmente, a despeito do domínio das teorias funcionalistas, o campo de estudos organizacionais é uma torre de Babel (BURRELL, 1996), e sua constituição é um terreno historicamente contestado (REED, 1996). O processo de ampliação dessas fronteiras somente é passível de ser percebido por meio de análise empírica.

A preocupação acerca do campo de estudos organizacionais e administrativos está cada vez mais presente também no Brasil. Caldas (2003) destaca, na apresentação do Fórum de Desenvolvimento de Teoria, organizado pela Revista de Administração de Empresas, que o crescimento quantitativo verificado nos últimos vinte anos - chegando a um aumento dos índices de produção acadêmica, isto é, trabalhos aceitos no Enanpad e periódicos brasileiros, na ordem de 105,7% na última década - foi acompanhado por preocupações de cunho mais qualitativo.

Nesse aspecto, avaliações críticas acerca da produção em diferentes áreas, como Organizações, Marketing, Administração da Informação, Estratégia, Administração Pública e Recursos Humanos, identificaram fragilidades do ponto de vista teórico, metodológico e também acerca da relevância das contribuições do campo. Machado-da-Silva e outros (1990), por exemplo, levantaram o assunto das principais publicações em administração, concluindo que o enfoque prescritivo e funcionalista predomina; Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999) também identificaram como funcionalista a produção científica brasileira; Bertero e Keinert (1994) levantaram a produção acadêmica entre 1961 e 1993 para concluir que os estudos estão associados a modelos norte-americanos; Vergara e Pinto (2000) dedicaram-se a levantar a nacionalidade dos autores referenciados por pesquisadores brasileiros para concluir que há hegemonia norte-americana; Hemais e Vergara (2001) ressaltaram que brasileiros tendem a não privilegiar a instância argumentativa e também dão mais destaque ao que é produzido fora do Brasil; Rodrigues e Carrieri (2000) pesquisaram os assuntos e os métodos abordados nos estudos, concluindo que, em termos de método, predomina o estudo de caso; Vergara e Peci (2003), analisando diversos periódicos nacionais e estrangeiros, apontaram que métodos tradicionais de orientação positivista ainda prevalecem em estudos organizacionais, embora apresentem diferenças relacionadas aos periódicos e sua origem.

A complexidade do campo aumenta se considerarmos que trata-se de um campo, por natureza, interdisciplinar, isto é, conceitualmente definido como permeável por outras disciplinas, embora essa interdisciplinaridade possa assumir um caráter de intersuperficialidade quando as pesquisas da área falham em termos de rigor e relevância, como já destacado anteriormente. A interdisciplinaridade da área se faz presente, inclusive, dentro do campo. O estudo de Bertero, Vas-

concelos e Binder (2003) destaca que, na produção científica na área de estratégia empresarial, os que vêm de outras áreas parece constituir uma parcela significativa de autores. As áreas organizacional, de finanças e de marketing apresentam uma importante contribuição autorial.

A demarcação parece contar com entusiastas inclusive dentro do que aqui está sendo denominado como campo de estudos organizacionais e administrativos. É possível constatar um movimento de demarcação de “campos dentro do campo”. A pulverização de encontros temáticos e de revistas especializadas demonstra esta tendência. Paralelamente, as diversas áreas apresentam argumentos para se definir como autônomas. Por exemplo, Pacheco (2003) argumenta que enquanto, para alguns, áreas como administração pública vêm evoluindo no sentido de constituir-se em campo autônomo de conhecimento — deixando de ser consideradas sinônimas de ciência administrativa ou ciência política em geral —, a análise empírica da produção acadêmica em administração pública parece reforçar tendências já estabelecidas: rápida adesão a “temas da moda”, análises apaixonadamente ideológicas e repetições freqüentes de autores, entre outras.

Para Pacheco (2003:70),

em vez de reivindicar autonomia da área, sugiro aumentar a exposição a outras comunidades mais estruturadas, — por exemplo, aumentar a circulação de pesquisadores em administração pública nos encontros anuais da Anpocs e valorizar a publicação de artigos em revistas de ciência política.

Ou seja, o aumento de grau de circularidade do campo é visto como benéfico para a própria relevância do campo.

Os estudos críticos, também, podem contribuir para o grau de abertura do campo. Segundo Davel e Alcadipani (2003), a perspectiva crítica de estudos organizacionais consolida-se no movimento anglo-saxão, nos anos 1990, com a criação e o desenvolvimento do movimento denominado “*Critical Management Studies*”, uma rearticulação original entre os termos “crítica” e “administração”. Diferentemente das abordagens críticas acima destacadas, os estudos críticos nessa época surgem:

com o objetivo de conferir a palavra àqueles e àquelas que, ao se identificarem como racionais, indiscutíveis e indubitáveis, são raramente considerado(a)s pelas teorias organizacionais tradicionais que tendem a idealizar a administração. Expondo as faces ocultas, as estruturas de controle e de dominação e as desigualdades nas organizações, a abordagem crítica busca questionar permanentemente a racionalidade das teorias tradicionais e mostrar que as coisas não são necessariamente aquilo que aparentam no âmbito da gestão (DAVEL e ALCADIPANI, 2003:74).

Embora seja quase impossível ver os estudos críticos em administração sob o prisma “uniparadigmático” — uma vez que diversos paradigmas como humanismo radical, estruturalismo radical e pós-estruturalismo podem servir de pano de fundo — ou talvez, exatamente como decorrência desse enfoque multiparadigmático, os estudos críticos em administração podem contribuir para uma maior abertura do campo no Brasil. Todavia, conforme nos mostram Davel e Alcadipani (2003), a própria demarcação entre o que é crítico e o que não é constitui uma questão complexa que está em constante disputa, criada e recriada cotidianamente. Aliás, a idéia de ser crítico no Brasil é algo muito diferente do que os autores apresentam em seu trabalho. Esse debate está em aberto.

É possível verificar vários instrumentos de demarcação, tais como embalgens-padrão e organizações-fronteira, presentes no campo: proliferação de mais de dois milhares de cursos de graduação e algumas dezenas de programas de pós-graduação (BERTERO, 2003); fortalecimento de associações que desempenham o papel de organizações-fronteira, como ANPAD; encontros que aglomeram um número cada vez maior de participantes — EnANPADs — e que dividem-se e multiplicam-se em outros encontros temáticos — de organizações, estratégia, marketing e gestão pública; revistas especializadas; e critérios de avaliação institucional e individual que premiam qualidade e produtividade ou punem sua ausência (destaca-se o papel do processo de credenciamento da CAPES ou bolsas produtividade do CNPq).

Na realidade, as fronteiras desse campo estão sendo demarcadas, também, pelos que estão dentro dele, cotidianamente — atores que definem o que é científico e o que não é para a área, o que é relevante e o que não é. Esse processo deveria garantir a qualidade e a cientificidade do campo. Porém, tal fato não parece estar acontecendo. A relevância e a cientificidade do campo estão cada vez mais sob suspeita, já que o fortalecimento e a legitimidade do campo também geram efeitos perversos, que ultimamente têm sido objeto de reflexões dos próprios representantes da área. “Não podemos deixar de nos preocupar e sentir incomodados com a expansão da produção acadêmica. Ela parece seguir o ritmo de produção em massa que caracteriza a economia desde o alvorecer da Segunda Revolução Industrial”, destaca o professor Carlos Osmar Bertero, num conjunto de debates publicado pela revista *Organização e Sociedade* (BERTERO, 2003:189). “Sentimos (...) que vivemos os ‘Tempos Modernos’ na academia, mas, ao invés de apertarmos porcas como Carlitos na cadeia de montagem, produzimos artigos, livros, palestras, pós-graduandos, seminários e conferências num ritmo atordoante” (CARVALHO e VIEIRA, 2003:187).

Paralelamente, o processo de publicar por publicar é catalisado por sistemas de avaliação que exigem que os pesquisadores e professores publiquem como forma de provar a competência e conseguir melhores postos de trabalho. As escolas de segunda e terceira linha que estão também tentando firmar-se no milionário negócio da educação tendem a pagar salários altos para aqueles que praticamente alugam seus diplomas e ajudam que instituições criem cursos com qualidade “para inglês ver”, pois muitos dos que assinam como professores aparecem algumas horas por semana para ganhar o soldo que gera o comprometimento de fachada com a instituição. Dentro desse contexto, o ensino de administração também está sob severas críticas, tanto a graduação, quanto os MBAs (PAES DE PAULA e WOOD, 2004).

CONCLUSÕES

Este trabalho apresenta uma reflexão acerca do processo de demarcação científica, abordando, a partir de um olhar crítico, o campo de estudos organizacionais e administrativos.

A análise baseia-se na perspectiva do construtivismo crítico. O construtivismo crítico é uma corrente que nasce com base na revisão das premissas principais do construtivismo social e da etnometodologia, perspectivas cujo principal foco de análise recai na compreensão dos processos de construção do conhecimento. De fato, é o uso ingênuo do construtivismo em pesquisas da área que impulsiona tal revisão.

A melhor expressão do arcabouço teórico oferecido pelos autores que representam a perspectiva do construtivismo crítico pode ser encontrada num importante conjunto de pesquisas originado no âmbito dos estudos da ciência e tecnologia. Essas pesquisas visam a compreender os processos de demarcação científica a partir de uma ótica diferente. Os aspectos rotineiros e práticos desses processos de demarcação tornam-se o principal foco de análise, por meio de conceitos como o de trabalho-fronteira.

Com base no referencial apresentado, refletiu-se acerca do processo de demarcação do campo de estudos e pesquisas organizacionais, embora seja possível expandir o uso dos conceitos apresentados também em termos teóricos e metodológicos para pesquisas da área. Por limitação de espaço, o trabalho deteve-se apenas em aspectos relativos ao campo.

É possível perceber que, como argumenta Caldas (2003), estamos, de fato, perante um campo consolidado. Nesse artigo destacam-se alguns instrumentos que desempenham o papel de embalagens-padrão e organizações-fronteira, possibilitando o processo de demarcação do campo de administração, tais como a ANPAD e os encontros realizados por essa associação. Todavia as fronteiras desse campo variam ao longo do tempo. O futuro desse último, pode ser visto tam-

bém sob o prisma de “manutenção” de fronteiras, isto é, um processo de (re)demarcação, que é contínuo, mas que sempre gera novas possibilidades e novas fronteiras.

O processo de (re)demarcação tem a ver com o encontro de mecanismos adequados de justificação (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 1999), os quais implicam a “necessidade” de permeabilizar as fronteiras. A questão da permeabilidade pode ser vista como sinônima da questão da relevância, evitando a endogenia – consolidada, por sua vez, via requisitos burocráticos impostos por mecanismos de avaliação elaborados apenas pelos participantes/atores do próprio campo, sem contar com a participação de constituintes externos. Considerando que a permeabilidade do campo de estudos administrativos e organizacionais é visto aqui não apenas como inevitável, mas, também, como desejável, defende-se a abertura das fronteiras do campo, inclusive por meio da expansão de mecanismos de avaliação aos constituintes externos – mídia, empresas, representantes da sociedade civil.

Como foi destacado, é importante reconhecer que esse processo de permeabilidade, ao mesmo tempo em que pode contribuir para a relevância do campo da administração, pode colocar o próprio campo em xeque. Esse risco existe, porque o processo de demarcação e permeabilidade é um processo em que as relações de poder manifestam-se com força. No entanto, vale a pena lembrar, novamente, que o poder – na ótica foucauldiana – produz, constrói a realidade.

Tanto as discussões sobre a pesquisa, quanto sobre o ensino partem de pressuposições sobre o que é relevante e o que não é relevante, do que é sério e do que não é, como se houvesse um total consenso sobre o que essas coisas significam. “Relevância”, “seriedade”, “qualidade” são conceitos sob contínua (re)construção – via processo de demarcação –, cujas definições estão longe de ser senso comum. A adoção de critérios internacionais para tanto, como fica subentendida na análise de Bertero, Caldas e Wood (1999), é um processo temeroso, pois as fronteiras do que é científico variam em diferentes contextos e o mesmo acontece com a “relevância”. Por isso, a designação de um critério claro e absoluto sobre qual é a fronteira da administração como atividade acadêmica é extremamente fluida e negociável em nosso contexto – aliás, em todos os contextos. É esse o argumento principal deste trabalho.

A adoção de uma realidade por outra acaba gerando uma série de distorções. Comparar a nossa produção com a de outros países, principalmente os centrais, acaba por gerar dissonâncias que fazem parte do processo do estabelecimento das fronteiras do que é o nosso campo. A ciência não é algo claro e objetivo cujas fronteiras possam ser estabelecidas e declaradas sem maiores dúvidas e de forma permanente. Por isso, os sistemas que acabam por designar e determinar o que é ou não científico sempre serão objeto de contestações e dúvidas. Por pior que possa parecer, a educação e a pesquisa em administração são aquilo que conseguimos construir e aquilo que somos capazes de produzir. Suas fronteiras sempre estarão abertas, e o seu objeto sempre será alvo de contestação passível de compreensão por meio de análise empírica.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. A. Actor-network theory: uma tradução para compreender o relacional e o estrutural nas redes interorganizacionais? XXVII ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27º Anais ... Atibaia, 2003.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 20ª Ed. Petrópolis: Vozes. 2001.

BERTERO, C. O.; KEINERT, T. M.M. A evolução da análise organizacional no Brasil (1961-1993). *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, v. 36, n. 3, 1994.

_____; CALDAS, C.; WOOD, T. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *Revista de Administração Contemporânea*. v. 03, n. 1, 1999.

_____; VASCONCELOS, F. C.; BINDER, M. P. Estratégia empresarial: a produção científica brasileira entre 1991 e 2002. *Revista de Administração de Empresas*. v. 43, n.4, p.48-62. Out./Dez. 2003.

_____. Comentando. Algo está podre no reino da Dinamarca. *Organização e Sociedade O&S*. v. 10. n.26. p.185-189. Jan./Abril 2003.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris, Gallimard. 1999.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BURRELL, G. Normal science, paradigms, metaphors, discourses and genealogy of analysis. In: CLEGG, S., HARDY, C. e NORD, W. *Handbook of Organization Analysis*. London: Sage, 1996.

_____; MORGAN, G. *Sociological paradigms and organization analysis*. London: Routledge, 1979.

CALDAS, M. Apresentação. Fórum de Desenvolvimento de Teoria. *Revista de Administração de Empresas*, v.43, n.3. p. 65-68. 2003.

CANALES, M. *Sociologia de la vida cotidiana*, 1996. Disponível em <http://www.uchile.cl/facultades/csociales/excerpta/canales.htm>, Acesso em 25 Maio 2002.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. Algo está podre no reino da Dinamarca. *Organização e Sociedade O&S*. v. 10. n.26. p.185-189. Jan./Abril 2003.

CLEGG, S.; DUNKERLEY, D. *Organization, class and control : an insider's guide to politics*. London : Routledge e Kegan Paul, 1980.

CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. *Handbook of Organization Analysis*. London: Sage, 1996.

DAVEL, E.; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. *Revista de Administração de Empresas*. v. 43, n.4, p.72-85. Out./Dez. 2003.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Lisboa, Porto: Vozes, 1972.

GARFINKEL, H. *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall Inc. 1967.

HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982.

HACKING, Ian. *The social construction of what?* Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press, 1999.

HEMAIS, B; VERGARA, S.C. O jeito brasileiro de publicar em estudos organizacionais. *Revista Organização e Sociedade*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, v. 8, n. 20, jan/abr 2001.

GIERYN, T. F. Boundary-work and the demarcation of science from non-science: strains and interests in professional ideologies of scientists. *American Sociological Review*. v.48, n.6 p.781-795. Dec.1983.

GORDON, C. Introduction. In: Faubion, James D. (Ed) *Michel Foucault: Power*. NY: The New York Press, 1994.

GUSTON, D. H., Stabilizing the boundary between US politics and science: The role of the Office of Technology Transfer as a Boundary Organization. *Social Studies of Science*. v.29.n1. p.87-111. Feb.1999.

LATOUR, B. WOOLGAR, S. *Laboratory life: the construction of scientific facts*. NJ: Princeton University Press, 1986.

_____. Postmodern? No, simply amodern! Steps towards an anthropology of science. *Stud.Hist.Phil.Sci.*, Vol.21, No.1, pp.145-171, 1990.

_____. On recalling ANT. "Actor network and after" Workshop, Keele University. Julho de 1997, Disponível em <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/stslatour1.html>. Consultado em 16 de fevereiro de 2004.

_____. *Pandora's Hope: essays on the reality of science studies*. Cambridge, Massachussets, London, England: Harward University Press, 1999.

LAW, J. *A Sociology of Monsters, essays on power, technology and domination*. London: Routledge, 1991.

LAW, J. *Organizing modernity*. Oxford: Blackwell, 1994.

LAW, J. After ANT: complexity, naming and topology. In: LAW, J.; HASSARD, J. *Actor network theory and after*. Oxford: Blakcwell Publishers. p. 01-15, 1999.

PACHECO, R. S. Administração pública nas revistas especializadas – Brasil, 1995-2002. *Revista de Administração de Empresas*, v.43, n.3. p.63-71. 2003.

POWELL, W. W.; DiMAGGIO, P. J. (Ed.) *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1990.

MACHADO-DA-SILVA, C.; CUNHA, V. C.; AMOBONI, N. Organizações: o estado da arte da produção acadêmica do Brasil. ENANPAD. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. 14º Anais... Belo Horizonte:ANPAD 1990.

MARCUSE, H. *One dimensional man : studies in the ideology of advanced industrial society*. Boston: Beacon Press, 1964.

MARSDEN, R.; TOWNLEY, B. The Minerva Woven. In: CLEGG, S., HARDY, C. e NORD, W. *Handbook of Organization Analysis*. London: Sage, 1996

MEEKS, R. Federal Funding for R&D and R&D Plant Continues to Grow in the 21st Century. *INFOBRIEF. Science Resources Statistics*. Julho de 2003. Disponível em: <http://www.nsf.gov/sbe/srs/infbrief/nsf03321/start.htm>. Data de consulta: 10 de fevereiro de 2004.

MILLER, D. (Ed.) *Popper selections*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1985.

MOORE, K. Organizing integrity: american science and the creation of public interest organizations, 1955-1975. *The American Journal of Sociology*, Vol. 101, N.6. p.1592-1627. Maio 1996.

MORGAN, G. *Images of organization*. London: Sage, 1986.

PACHECO, R. S. Administração pública nas revistas especializadas – Brasil, 1995-2002. *Revista de Administração de Empresas*. v. 43, n.4, p.63-71. Out./Dez. 2003.

PAES DE PAULA, A.P.; WOOD. T. O fenômeno dos MBAs brasileiros: hibridismo, diversidade e tensões. *Revista de Administração de Empresas*. V. 44.n.1, jan/ mar.2004.

PECI, A. Beyond objectivity-subjectivity dichotomy. In: III Conferência Internacional da Iberoamerican Academy of Management. São Paulo: *Iberoamerican Academy of Management Proceedings*, 2003.

PRESTES MOTTA, F. e VASCONCELOS, F. *Teoria Geral da Administração*. São Paulo: Thompson, 2002.

REED, M. "Context Terrain" Em: CLEGG, S., HARDY, C. e NORD, W. *Handbook of Organization Analysis*. London: Sage, 1996.

RODRIGUES, S. B.; CARRIERI, A. P. A tradição anglo-saxônica nos estudos organizacionais brasileiros. ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS *Anais...* Curitiba : ENEO, 2000.

Schutz, A. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1979.

_____. *Fenomenologia del mundo social : introduccion a la sociologia comprensiva*. Buenos Aires: Paidós, 1972.

SILVERMAN, D. *The theory of organization*. London: Heinemann Educational Books, 1971.

STAR, S. L.; GRIESEMER, J. R. (1989). Institutional ecology, 'translations' and boundary objects: amateurs and professionals in Berkeley's museum of vertebrate zoology, 1907-1939. *Social Studies of Science*. v.19, n.3, p.387-420. Aug. 1989.

VERGARA, S.C.; PINTO, M.C.S. Referências teóricas em análise organizacional: um estudo das nacionalidades dos autores referenciados na literatura brasileira. *Revista de Administração Contemporânea*. ANPAD. Edição Especial 2001, v. 5.

VERGARA, S.C.; PECI, A. Escolhas metodológicas em estudos organizacionais. *Revista Organizações & Sociedade*, 10 (27), pp. 13-26. 2003.

WEICK, K. *The social psychology of organizing reading*. Cambridge: Addison-Wesley, 1969.